

# SOB OS ARQUÉTIPOS DE PÉRGAMO E SIDÔNIA: OLINDA E RECIFE NO LIVRO DE GASPAR BARLÉU (CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

**Leonardo Nóbrega**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | leonardonobrega@usp.br

**Hugo Segawa**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | segawahg@usp.br

---

## Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

---

**Resumo:** O Recife holandês, experiência batava de matriz renascentista, foi a origem da atual metrópole do Recife e existiu de 1631 a 1654. Ele é lido pela historiografia em contraste à ocupação portuguesa prévia da Vila de Olinda, núcleo construído segundo princípios defensivos de caráter feudal, sobre os altos de morros próximos à costa do Atlântico. O modo de ocupação, tanto na escolha do território quanto na distribuição do traçado urbano, demonstra maneiras diferentes de entender a cidade e a interação com a natureza. Neste artigo, o objetivo é investigar a paisagem das duas cidades a partir da leitura do livro de Gaspar Barléu (1980), historiador do Governador-general Maurício de Nassau e autor da primeira narrativa historiográfica sobre a ocupação holandesa no Brasil. No texto, estão incluídos mapas de Georg Marcgraf e paisagens de Frans Post que complementam a leitura como recursos visuais. Aqui, contrastamos as representações paisagística, cartográfica e literária de ambos os núcleos, em especial no que concerne a relação com a natureza e a forma urbana.

**Palavras-chave:** Paisagem. Brasil colônia. Recife. Olinda. Urbanização.

## UNDER THE ARCHETYPES OF PERGAMON E SIDON: OLINDA AND RECIFE IN THE BOOK OF CASPAR BARLAEUS

**Abstract:** *The Dutch Recife, a Batavian experience with a Renaissance matrix, was the origin of the current metropolis of Recife and existed from 1631 to 1654. It is interpreted by historiography in contrast to the prior Portuguese occupation of the village of Olinda, a settlement built according to defensive principles of a feudal character, located on hilltops near the Atlantic coast. The occupation mode, both in the choice of territory and in the layout of the urban design, reveals different ways of understanding the city and its interaction with nature. This article aims to investigate the landscape of both cities through an analysis of Gaspar Barléu's book (1980), written by the historian of Governor-General Maurice of Nassau and author of the first historiographical narrative about the Dutch occupation in Brazil. The text includes maps by Georg Marcgraf and landscapes by Frans Post, which complement the study as visual resources. Here, we contrast the landscape, cartographic, and literary representations of both settlements, especially regarding their relationship with nature and urban form.*

**Keywords:** *Landscape. Dutch Brazil. Recife. Olinda. Caspar Barlaeus.*

---

## BAJO LOS ARQUETIPOS DE PÉRGAMO Y SIDÓN: OLINDA Y RECIFE EN EL LIBRO DE CASPAR BARLAEUS

**Resumen:** *El Recife holandés, una experiencia batava con una matriz renacentista, fue el origen de la actual metrópoli de Recife y existió de 1631 a 1654. La historiografía lo interpreta en contraste con la ocupación portuguesa previa de la villa de Olinda, un núcleo construido según principios defensivos de carácter feudal, situado en las colinas cercanas a la costa del Atlántico. El modo de ocupación, tanto en la elección del territorio como en la distribución del trazado urbano, revela diferentes maneras de entender la ciudad y su interacción con la naturaleza. Este artículo tiene como objetivo investigar el paisaje de ambas ciudades a partir del análisis del libro de Gaspar Barléu (1980), historiador del gobernador general Mauricio de Nassau y autor de la primera narrativa historiográfica sobre la ocupación holandesa en Brasil. El texto incluye mapas de Georg Marcgraf y paisajes de Frans Post que complementan el estudio como recursos visuales. Aquí contrastamos las representaciones paisajísticas, cartográficas y literarias de ambos núcleos, especialmente en lo que respecta a la relación con la naturaleza y la forma urbana.*

**Palabras clave:** *Paisaje. Brasil batavo. Recife. Olinda. Caspar Barlaeus.*

## DUAS CIDADES NOS TEMPOS DE NASSAU

O maior dos conquistadores de Olinda e do Recife, o Conde Maurício de Nassau, terminou, no século XVII, conquistado por esses encantos: os do Recife e de Olinda. Tanto que há quem pense ter sido sonho do ilustre alemão, europeu de Renascença, fundar no Brasil um principado, do qual o Recife teria sido a capital. Nassau, nesse caso, aqui teria permanecido. Com que resultado? Germanizando esta parte do Brasil? É pouco provável. É possível que ele, Nassau, viesse a se abrasileirar de tal modo em recifense, com um tanto de olindense, que até a cor morena tivesse adquirido ao sol das praias do seu principado tropical. E – quem sabe – amante para o resto da vida de morena recifense ou olindense.

Gilberto Freyre, *Recife & Olinda*, 1978

O imaginário de Maurício de Nassau é curioso. Foi conde e príncipe da casa de Nassau-Siegen e deu nome à Mauritshuis em Haia, casa onde hoje estão expostas importantes obras de arte. Mas a memória coletiva o leva aos trópicos. Nos Países Baixos, seus anos como governador do norte do Brasil o renderam o apelido *de Braziliaan* (o brasileiro). No Recife, foi e é relembrado com uma pernambucanidade retroativa. Apesar da expulsão dos batavos ser o mito fundacional da nação para os bairristas, Nassau é visto como um grande governador. “O melhor que Pernambuco já teve!” dizem os contadores de história.

Assim como a figura de Nassau, a história de Olinda e Recife também é permeada pela ambiguidade. Olinda, símbolo açucarocrático.<sup>1</sup> Recife, terra dos mascates. Às vezes inimigas, às vezes parceiras. Relações que ora se estreitam, ora se distanciam, seguindo ritmos não planejados. Olinda e Recife compartilham mais que o aniversário, compartilham figuras, histórias, cenários.

Estudamos Olinda e Recife no período nassoviano. Nos interessa entender como as cidades se moldaram ao olhar, ou seja, como se configuraram enquanto paisagens.<sup>2</sup> O livro de Gaspar Barléu (1980; 2018), *Historia dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil...*, é fonte nessa investigação.<sup>3</sup> Ele foi escrito em 1647 para divulgar a atuação de Nassau no ultramar, abrangendo o período de 1637 a 1644. Ao intercalar a narrativa com gravuras e cartografias, foi construída uma imagem do Brasil que não se limita à escrita. É tal imaginário da urbanização pernambucana que nos interessa.

Olinda e Recife, além de centralidades econômicas, políticas e culturais, foram palco e consequência de eventos que moldaram a história brasileira.<sup>4</sup> Estudar esses núcleos urbanos é uma iniciativa que extrapola os causos populares e o patrimônio cultural. Nos permite entender como as dinâmicas do Antigo Regime se distribuíam territorialmente, ou seja, como a colonização encontrava na urbanização uma aliada ao domínio do Brasil.

Olinda e Recife possuem densidades historiográficas distintas e poucas vezes foram palco de estudos associados.<sup>5</sup> Dada a hegemonia política e econômica conquistada pelo Recife, ele foi muito mais estudado que Olinda sob as lentes da História. Acreditamos que observá-las em conjunto contribuirá à formação de novas narrativas sobre a urbanização pernambucana.

Ainda mais quando se trata dos primeiros séculos de colonização, quando as distinções entre os núcleos ainda não estavam plenamente determinadas.

Na História Urbana, Pernambuco colonial teve um pesquisador protagonista: José Luiz Mota Menezes, arquiteto e urbanista recentemente falecido, professor da Universidade Federal de Pernambuco e presidente do Instituto Histórico e Arqueológico Pernambucano.<sup>6</sup> Mota Menezes nos indica uma série de fontes a serem investigadas para contar a história de Olinda e Recife, entre os quais se destacam relatos, documentações e iconografias.<sup>7</sup>

Mota Menezes e outros historiadores que se debruçaram sobre a realidade colonial seguiram uma abordagem comum na leitura de iconografias. Nesses trabalhos, a documentação foi associada às gravuras ou cartografias a partir do reconhecimento de espacialidades. Quando há uma incongruência, ela é apontada como tal. Imagens pitorescas, distantes da expectativa de realidade, costumam ser descartadas enquanto fontes.

Acreditamos na possibilidade de outras abordagens. Ao entender as imagens como discurso, deixamos de buscar ícones do real e vamos de encontro à construção narrativa. O livro de Barléu foi o ponto inicial de experimentação metodológica: a partir das múltiplas representações dos núcleos urbanos, traçamos paralelos entre as formas cartográfica, pictórica e literária. Isso nos conduz ao reconhecimento de contradições, rupturas e arbitrariedades (Didi-Huberman, 2018).

## A CONSTRUÇÃO DO MUNDO

Seja como fenômeno social (Berque, 1994), fato cultural (Meneses, 2002), marcas da ação humana (Santos, 2023) ou recurso da racionalidade (Cauquelin, 2007), a paisagem atravessa as existências do agente (sujeito que apreende e/ou produz) e do espaço (objeto apreendido e/ou produzido). Ao considerá-la como o estabelecimento de uma relação entre *ser* e *lugar*, a entendemos segundo dimensões subjetivas e culturais. Ela não é um dado a priori, a ser considerado sob critérios universais; tampouco expressão material ou política, distanciando-se das noções de natureza e território. A paisagem se dá através dialética que a racionalidade estabelece ao observar, descrever e moldar lugares.

Luciana Saboia (2020) considera a paisagem como “espaço do agir e da representação da ação coletiva” ao se apoiar no pensamento de Paul Ricoeur. Para Ricoeur, a ação narrativa é um passo à autonomia ao permitir o reconhecimento de si. Em *Arquitetura e narrativa* (2021), ele apresentou o narrar e o construir como maneiras análogas de moldar o tempo e o espaço, respectivamente. Ao considerar a paisagem como narrativa, a entendemos como ação na construção do mundo que incorpora a inventividade. Apesar de referenciar a materialidade dos espaços, as paisagens não se limitam à descrição, elas são leituras condicionadas tanto pela individualidade quanto pela coletividade.

Defendemos a História da Paisagem como percurso através das noções mutáveis sobre o ambiente. Uma iniciativa transdisciplinar que, quando voltada aos núcleos urbanos, associa o fenômeno da urbanização à história da mentalidade, do imaginário e da subjetividade.

Em *Paisagem e Memória* (1996), Simon Schama debate a dimensão simbólica da paisagem. Ao associar imagens da natureza com a História e a Mitologia, ele constrói uma leitura da paisagem imbricada de significados culturais e identitários. Essa reflexão foi incorporada por Daniel Vieira em *Frans Post e a paisagem da Nova Holanda* (2019, p. 283), que argumenta: “a verossimilhança entre o representado e o visto era o retorno a uma estratégia visual de remontar o imaginário da terra do Brasil como paisagem política da Nova Holanda”. Uma das grandes contribuições da pesquisa de Vieira é ampliar o entendimento das obras de Post. Para além do realismo, expandimos as possibilidades interpretativas quando entendemos a iconografia como fonte na compreensão da História Cultural.

## A ORDEM DA CONQUISTA

Para Augustin Berque (1994; 2023), a paisagem é um fenômeno que acontece em determinadas culturas *da paisagem* (no francês, *paysagères*). Para reconhecer tais civilizações, são observados quatro atributos: uma palavra para designar paisagem, representações literárias, representações pictóricas e jardins de embelezamento. Aqui, nos interessamos pelos dois meios de representação descritos por Berque: o texto e a imagem.

A literatura constrói paisagens através das figuras de linguagem. Segundo Cauquelin (2007), ao recorrer a comparações com exemplos conhecidos, descrições subjetivas do ambiente e metáforas, se cria uma ambientação descritiva, variável de leitor a leitor, mas que transmite as qualidades dos lugares tidas como essenciais. No caso do Brasil colônia, os diários, relatos e crônicas de viajantes são documentos que podem ser lidos sob os critérios da paisagem.

Ao descrever Olinda, João Baers (1978) diz que a Rua Nova, a primeira rua da cidade, era “larga e bela”. Também informa que havia um declive às proximidades do Hospital da Misericórdia (atual Ladeira da Misericórdia), que não poderia ser subido sem grande esforço. Tal texto, um dos principais documentos sobre a vila no primeiro século de existência, é construído com descrições espaciais como tais, repletas de subjetividade e moldando paisagens escritas. Algo que ocorre, também, no texto de Gaspar Barléu. Ainda que não ele não tenha sido um viajante, as descrições dos acontecimentos na Nova Holanda passam pelo indivíduo, seja pelo reconhecimento de atributos estéticos, seja pela afirmação de grandiosidade na conquista.

A representação pictórica, em gravuras ou pinturas, é relacionada à paisagem como tipo. Enquanto a literatura constrói paisagens segundo intenções poéticas, a paisagem como gênero pictórico já era descrita, ensinada e entendida como tal no século XVII (Gombrich, 1990). Ainda segundo Cauquelin (2007, p. 154), a pintura se dá através de uma “circularidade sempre retomada dos níveis de significação, para que se instrua uma retórica geral da imagem. Uma afirmação, algo como uma revalidação da realidade, enfim garantida por uma

ligação com o texto de uso comum.” A imagem seria um instrumento pedagógico que ensina uma ordenação do mundo. A paisagem pintada no processo de colonização ofereceria, assim como os textos, uma ordem da conquista, um sentido ao ato de ocupação e exploração ultramarina que fazia parte dos esforços das metrópoles europeias como publicização e justificativa de tais investimentos.

Há um terceiro tipo de representação no livro de Barléu, distinto da literatura e das gravuras. A cartografia é parte da construção argumentativa, recurso visual necessário ao entendimento das terras conquistadas. No entanto, ainda que seja uma representação visual do espaço com recursos ornamentais, cartografia é um produto da ciência e não da arte. Isso nos leva ao questionamento: podemos considerar a cartografia como paisagem?

Murillo Marx (1996) associa a cartografia à pintura/gravura de paisagem através do olhar dos viajantes. Para ele, em percurso distinto ao europeu, no Novo Mundo o espaço começou a ser representado de maneira esquemática através dos mapas. Com o tempo e a consolidação da ocupação territorial, o olhar foi baixando e tornando a encarar as cidades “de frente”. A cartografia é vista não como representação científica imparcial, mas como parte de uma trajetória do “olhar as cidades”.

Beatriz Bueno (2011), ao estudar mapas dos engenheiros militares no Brasil, alerta

É preciso muito cuidado ao analisá-los pois as armadilhas são inúmeras. Embora anseiem pela máxima exatidão possível, apresentam recortes da realidade, sob uma determinada ótica, e limites impostos pelo instrumental da época. A cidade ou o edifício representado nem sempre o são na sua totalidade. Muitas vezes é a parte que se queria reformar; em outras um projeto para uma nova fundação ou construção; outras vezes um projeto para uma expansão do preexistente.

Esse parágrafo reforça a relevância em entender qual o discurso inserido na narrativa. Ao considerarmos a paisagem como narrativa sobre o espaço, ou seja, representação da mentalidade do lugar, entendemos que a cartografia também é paisagem, ainda que não se enquadre no tipo pictórico que recebeu esse nome. Ao valorizar o discurso simbólico, seja visual ou textual, presente nos mapas, os validamos enquanto paisagens a serem comparadas, aproximadas e contrastadas às gravuras e aos textos.

## **A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DOS FEITOS...**

Maurício de Nassau (1604-1679) foi um nobre nascido em Dillenburg, cidade do Condado de Nassau-Siegen, parte do Sacro Império Romano Germânico. Ele possuía formação protestante e seguiu carreira militar, chegando ao Brasil com 32 anos. O período de Nassau é visto pela historiografia como a “Era de Ouro do Brasil holandês” pelo baixo número de conflitos militares em curso e pelos investimentos em cultura e construção civil (Cabral de Mello, 1975). Nos primeiros meses após a chegada de Nassau, os últimos focos de resistência luso-brasileira foram derrotados e o Rio São Francisco se estabeleceu como fronteira sul do

domínio batavo. Para estruturar a economia açucareira, foram promovidos financiamentos para a reforma e reativação de engenhos destruídos, compra de maquinário e tráfico de escravizados de origem africana. Esta última, iniciativa que contou com participação direta de Nassau (Monteiro, 2019).

Gaspar Barléu<sup>8</sup> foi um humanista e historiador que atuou no Ateneu de Amsterdam, a instituição antecessora da atual Universidade de Amsterdam. Era parceiro da casa cartográfica da família Blaeu, responsável pela impressão de mapas como o *Theatrum Orbis Terrarum* em 1635. Após retornar para os Países Baixos, Nassau acionou Barléu como responsável para a escrita de um relato sobre os anos de ocupação batava na América do Sul. O livro foi impresso por Joan Blaeu e contou com 56 gravuras que documentaram e divulgaram a realidade da colônia.<sup>9</sup> Foram reproduzidas cartografias de Georg Marcgraf, paisagens de Frans Post e alguns mapas ou plantas sem autoria identificada.<sup>10</sup>

À época, a escrita histórica se desenvolvia em narrativas morais e políticas, voltadas à glorificação de governantes, nações ou instituições religiosas. Os historiadores permeavam o texto com exemplos virtuosos e manifestações da vontade divina, além de estilos de escrita retóricos e mesclas com elementos ficcionais ou alegóricos. Esses recursos aparecem no texto de Barléu, obra representativa do seu tempo. As metáforas sobre a antiguidade, a intervenção divina e os elogios a Nassau são recorrentes. Ao invés de enxergarmos esses atributos como limitação à imparcialidade histórica, os vemos como potenciais recursos investigativos. Marcas de um discurso explícito, o que nos leva à hipótese de uma construção de paisagem atravessada pela invenção e pela intencionalidade.

Como latinista erudito, o autor busca relacionar tudo o que narra a episódios e realizações da Roma antiga. E se no caso da arquitetura o autor naturalmente não se aprofunda em informações técnicas por escrito, as estampas feitas a partir dos desenhos de Frans Post e dos mapas complementam as descrições com precisão e riqueza de informação. Esta função complementar é reforçada na intercalação das gravuras ao texto, sempre próximas da passagem que descreve seu tema – inclusive as frotas que transportaram o Conde, e quatro batalhas navais. (Macedo, 2017, p. 175)

O livro de Barléu foi uma das duas fontes que se mantiveram presentes nas narrativas sobre o Brasil batavo, ao lado da *História natural do Brasil* de Piso e Marcgraf, também encomendada por Nassau. À época da publicação, a *História dos feitos* foi tida como exageradamente lisonjeira, o que reforça a tentativa de Nassau de articular uma narrativa favorável a sua imagem. No Mosteiro de São Bento, em Olinda, havia uma cópia no período colonial, mas até o século XIX não era fácil encontrar exemplares no Brasil. A relevância do livro já era conhecida e, ao passo em que a quantidade de exemplares em Recife começou a crescer, o debate sobre a necessidade de tradução para o português se fundamentou (Cabral de Mello, 2008).

A tradução só aparece em 1940, realizada por Cláudio Brandão e publicada pelo Ministério da Educação. Desde então, essa versão foi reeditada várias vezes. Hoje integra as edições impressas da Biblioteca do Senado Federal e está disponível em versão digital gratuita pela mesma instituição.<sup>11</sup> Em nossa pesquisa, nos apoiamos na edição de 1980 publicada pela

Fundação de Cultura da Cidade do Recife, com prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello e editada por Leonardo Dantas Silva. Versão que costuma ser usada por pesquisadores pernambucanos e com impressões excelentes das iconografias.<sup>12</sup>

## ÀS MARGENS DO ATLÂNTICO

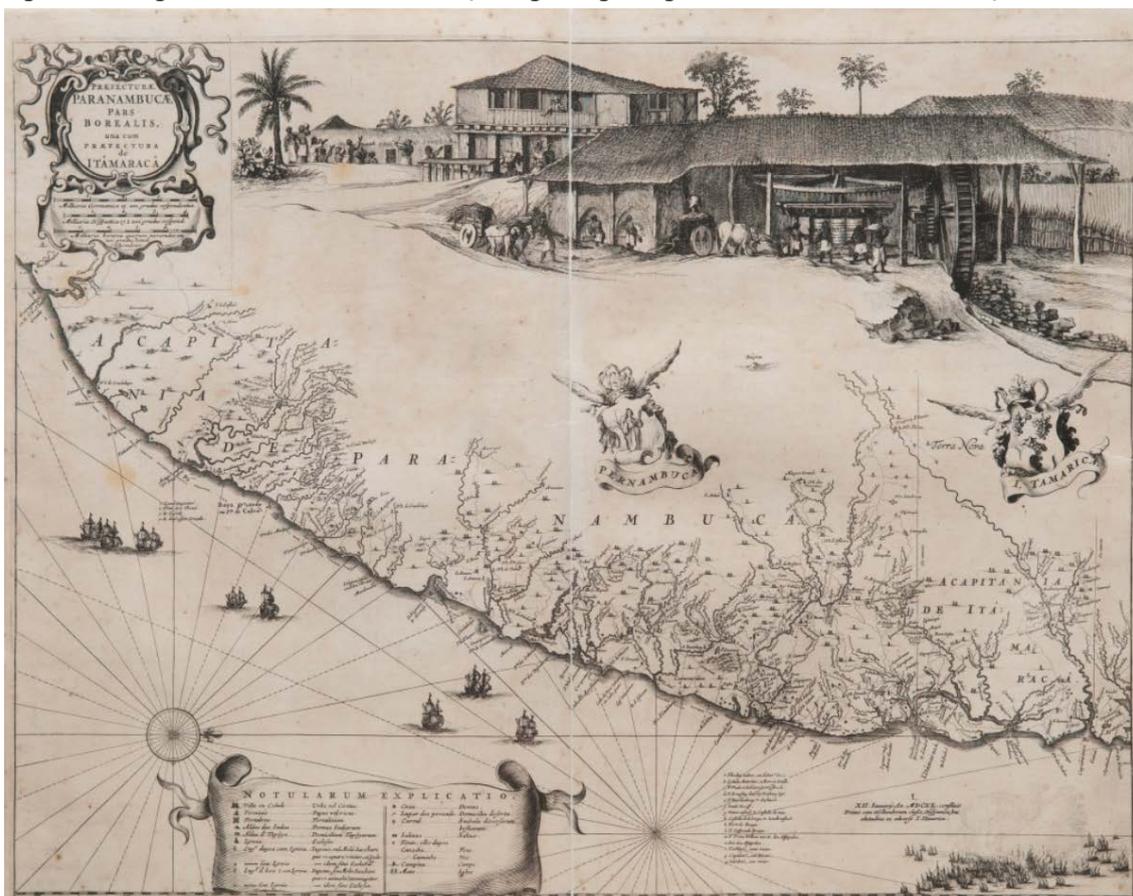
Nos primeiros tempos da colonização, o Brasil se limitava à costa. A grandeza das capitânicas hereditárias era um recurso administrativo que não encontrava expressão espacial. Cada conquista territorial significava grandes esforços militares e econômicos e a ocupação litorânea se deu lentamente. As cartografias da Nova Holanda de Georg Marcgraf ilustram o processo e o território aparece através do principal recurso exploratório: a hidrografia.

À época dos portugueses, a incorporação territorial acontecia através da construção de engenhos e lavouras. A conquista se limitava à viabilidade econômica: engenhos estavam próximo a cursos d'água e até determinada distância em que o transporte aos portos não comprometesse os lucros. Pernambuco foi apresentado por Marcgraf em duas cartografias, divididas em partes Boreal e Austral. Na primeira (Figura 1), aparece também a Capitania de Itamaracá. Nela estão, além de Olinda e Recife, o Cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo, além da cidade de Igarapé. A leitura dos códigos cartográficos confirma algo já reconhecido pela historiografia: a disposição de engenhos e vilas nas proximidades de rios médios, como o Una e o Capibaribe, e a centralidade territorial de Olinda e Recife, ponto de convergência de fortificações e igrejas.<sup>13</sup>

Na cartografia, as insígnias de Pernambuco e Itamaracá, criadas por Nassau, nomeiam as regiões. No caso pernambucano, uma virgem a se olhar no espelho, impressionada com a própria beleza, segurando a disputada cana-de-açúcar e com o nome Olinda escrito. Escolha que faz referência à beleza da cidade e que denota o protagonismo enquanto centralidade política da Nova Holanda: a única que recebeu uma figura humana no desenho.<sup>14</sup>

A cartografia é complementada por desenhos de Frans Post que apresentam um engenho d'água, gravura produzida na Holanda e que provavelmente foi desenvolvida a partir de um esboço anterior de um engenho de bois, produzido *in loco* (Lago; Lago, 2006). A função do Brasil era produzir açúcar. Ainda que a urbanização fosse uma aliada na ocupação do território, o valor da colônia vinha da lucratividade exploratória. Essa cartografia de Marcgraf apresentava a parte principal do território da Nova Holanda: o lugar da conquista, o porto de Pernambuco e Olinda, outrora símbolo da dominação portuguesa. Incluir uma composição ilustrativa com moenda e casa grande era didático. Talvez por isso, tal desenho é uma das obras menos contemplativas de Post. A sobreposição de elementos visa mais a explicação visual do processo de produção açucareiro que a criação do belo.

Figura 1: Cartografia da costa de Pernambuco, Georg Marcgraf e gravuras atribuídas a Frans Post, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

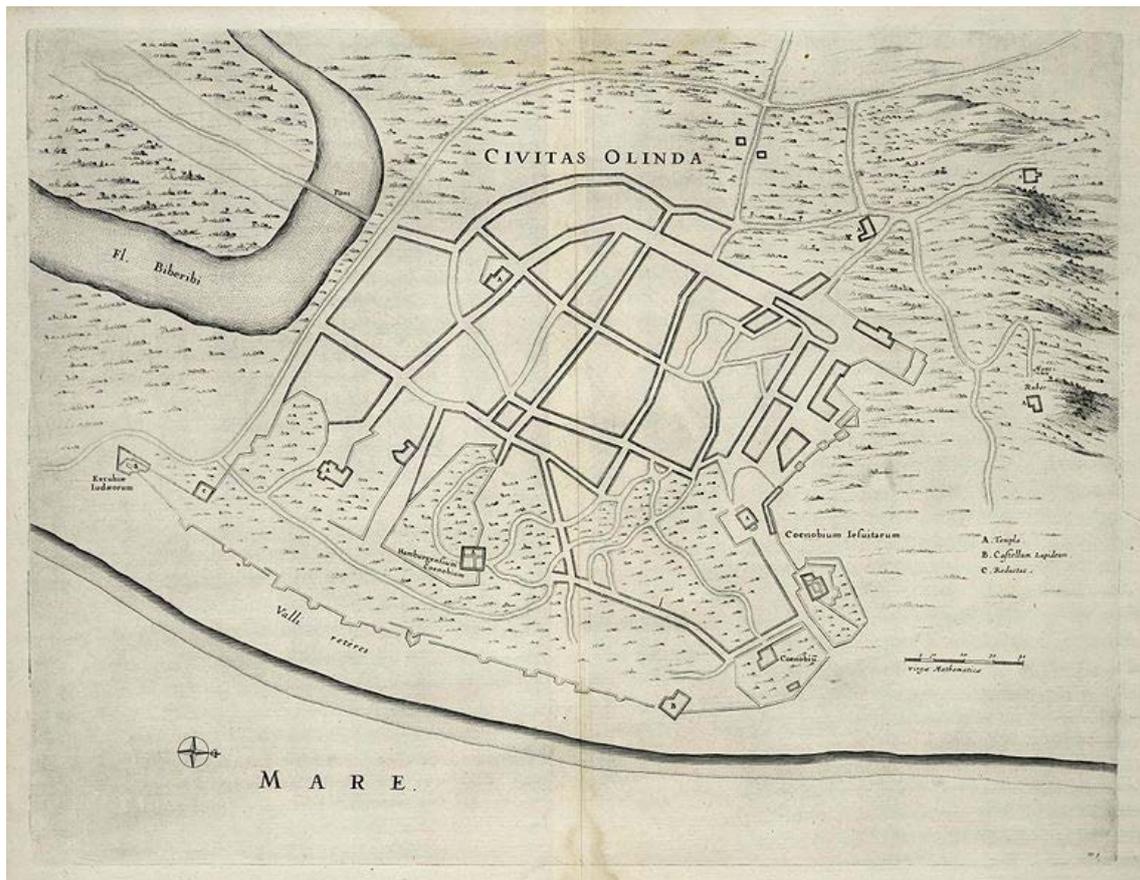
Os elementos representados na região do Recife indicam que o mapa se refere aos primeiros anos de Maurício de Nassau no Brasil. Já podem ser observadas indicações do Forte Príncipe Guilherme, a oeste da Cidade Maurícia, região de Afogados, e do Forte Frederico Henrique, das Cinco Pontas. Há, no entorno do povoado, uma aglomeração de indicações de fortificações, sistema defensivo articulado que se consolidou no domínio batavo. Ainda assim, entre as impressões textuais que nomeiam o território, Olinda se destaca.

## CIDADE OUTRORA LINDA

Antes da chegada da Companhia das Índias Ocidentais, Olinda viveu dias dourados. A dinâmica característica da urbanística portuguesa de cidade alta-cidade baixa se desdobrou em uma articulação entre a Vila de Olinda sobre os morros e o Recife no areal, na extremidade de um istmo protegido por arrecifes: porto adequado à dinâmica mercantil. Ainda que parte da historiografia leia a urbanística portuguesa sob a figura do “desleixo”, tal como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda (2014), uma série de estratégias racionais podem ser observadas na urbanização portuguesa. Hoje, entendemos Olinda e outras cidades altas como núcleos que se apropriaram da topografia acidentada a partir de recursos adequados à condicionante física (Mota Menezes, 2000). Se supera, então, o reducionismo crítico que observa apenas o traçado regular e a ocupação de planícies como racional.

Essa dinâmica durou pouco menos de um século. Foi iniciada em 1535, com o início da ocupação por Duarte Coelho, e permaneceu até a decisão dos batavos de destruir a vila e migrar para o Recife, em 1631. A vila é ampliada em uma outra cartografia apresentada no livro (Figura 2).<sup>15</sup> A topografia levou à formação de ruas sinuosas, moldando um traçado orgânico. Assim com Igaracú, Serinhaem e Alagoas do Sul, a cidade foi iniciada em uma rua com igrejas nas extremidades, nela ficavam a câmara, a cadeia, a ferraria e o açougue (Mota Menezes, 1998). As regiões de encostas permaneceram, em maioria, desocupadas, como o desenho nos indica a partir de uma hachura com múltiplas representações de vegetação.

Figura 2: Cartografia de Olinda, autor desconhecido, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

As instalações militares de Olinda se resumiam aos redutos, à paliçada nos limites do vale e a uma guarita a sul. A escolha dos portugueses em ocupar o alto de morros se dava pela possibilidade de observação das navegações que se aproximavam. Foi pela dificuldade em se fortificar a região segundo os parâmetros defensivos batavos que a os oficiais da WIC incendiaram Olinda em 1631 e ocuparam o Recife. A decisão, contudo, não foi fácil e encontrou resistência tanto pelos dirigentes na metrópole quanto pelos habitantes luso-brasileiros de Pernambuco (Gonsalves de Mello, 1987). Barléu (1980, p. XII) deixa clara a admiração por Olinda ainda na dedicatória do livro.

A própria Olinda, cidade outrora linda no nome e no aspecto e ora afeada com o entulho de suas ruínas, achou, na sua grande calamidade, motivo de gratular-se consigo mesma: não podendo

manter-se erecta e incólume, por terem-na arruinado as vitórias alheias, foi brandamente tratada pela vossa comiserção. Vendo-lhe de contínuo o lamentável infortúnio, condoestes-vos da sorte de tão ínclita cidade. Confronte-se o aspecto de Olinda caindo e de Mauriciópole surgindo em vossa honra: não se hesitará em decidir qual dos dois espetáculos é mais deleitável. Se é de se lamentar o tomarem-se armas contra os sagrados penates, de certo será grato e louvável o haverdes construído templos para Deus e casa para os cidadãos.

Consenso entre os viajantes e cronistas coloniais, a beleza de Olinda vinha das igrejas e dos atributos naturais.

## POR AMOR DAS COLINAS

O mapa apresentado no livro de Barléu dedica maior atenção ao posicionamento das igrejas. A legenda contém *templa* (igrejas), *castellum lapideum* (forte de pedra) e *reductus* (redutos de defesa). Podem ser reconhecidos o Mosteiro de São Bento, o Convento do Carmo, a Igreja Matriz, o Colégio dos Jesuítas, o Convento de São Francisco e a Santa Casa da Misericórdia, além de alguns templos menores à direita.<sup>16</sup> A dimensão dessas construções e a formação de largos e pátios destacava a centralidade do catolicismo na urbanização colonial.

O destaque às igrejas aparece também na gravura de Frans Post (Figura 3). De maneira semelhante aos outros territórios conquistados, na água-forte há uma representação bucólica de Olinda. O Colégio dos Jesuítas, a Matriz e o Convento dos Franciscanos ocupam a porção direita da imagem. A ausência de telhados demonstra o estado de arruinamento. Mais a centro na imagem está o Convento dos Carmelitas. O casario, que aparece no mapa apenas como hachura, quase some na gravura. Algumas poucas casas podem ser vistas nas proximidades do Carmo, tão pequenas que se camuflam em meio à vegetação.

A fundo na figura, observamos o Recife. Uma vista que agradou Post e aparece em muitas de suas pinturas. A imponência das duas torres, a curva do istmo e a chegada das embarcações no porto são parte da paisagem olindense, assim como o eram as ruínas, a vegetação e o chão disforme. As figuras escolhidas para protagonizar esse espaço são os homens e mulheres escravizados. As roupas brancas em contraste à pele negra, o manejo de equipamentos como lanças, cestos e frutas, a interação com bois e carroças se tornaram parte de um léxico aplicado diversas vezes por Post. Variações na distribuição de figuras humanas era um dos recursos voltados à dinamização das paisagens do artista (Leite, 2014).

Barléu não se estende muito na descrição de Olinda, afinal, a morte do belo veio mais das razões operacionais que de demonstração de poder. Além disso, não foi uma decisão tomada por Nassau. As referências descritivas se referem mais às condições pretéritas, descrições do que havia sido tomado pelos batavos.

à beira-mar, notável por belos edifícios e templos. O sítio, por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana. Na parte mais alta, erguia-se o convento dos jesuítas, de construção elegante e rico de rendas, levantado por el rei D. Sebastião. Era o primeiro que aparecia, com seu aspecto agradável, a quem vinha do mar alto. Ao lado dele, via-se outro – o dos Capuchos, e perto da

costa o dos Domínicos. Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S. Bento, protegido pela natureza e pela sua construção. Havia também uma igreja de freiras e mais outras. Tinha duas matrizes: a de S. Salvador e a de S. Pedro. (Barléu, 1980, p. 51)<sup>17</sup>

Figura 3: Gravura de Olinda, Frans Post, 1645



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

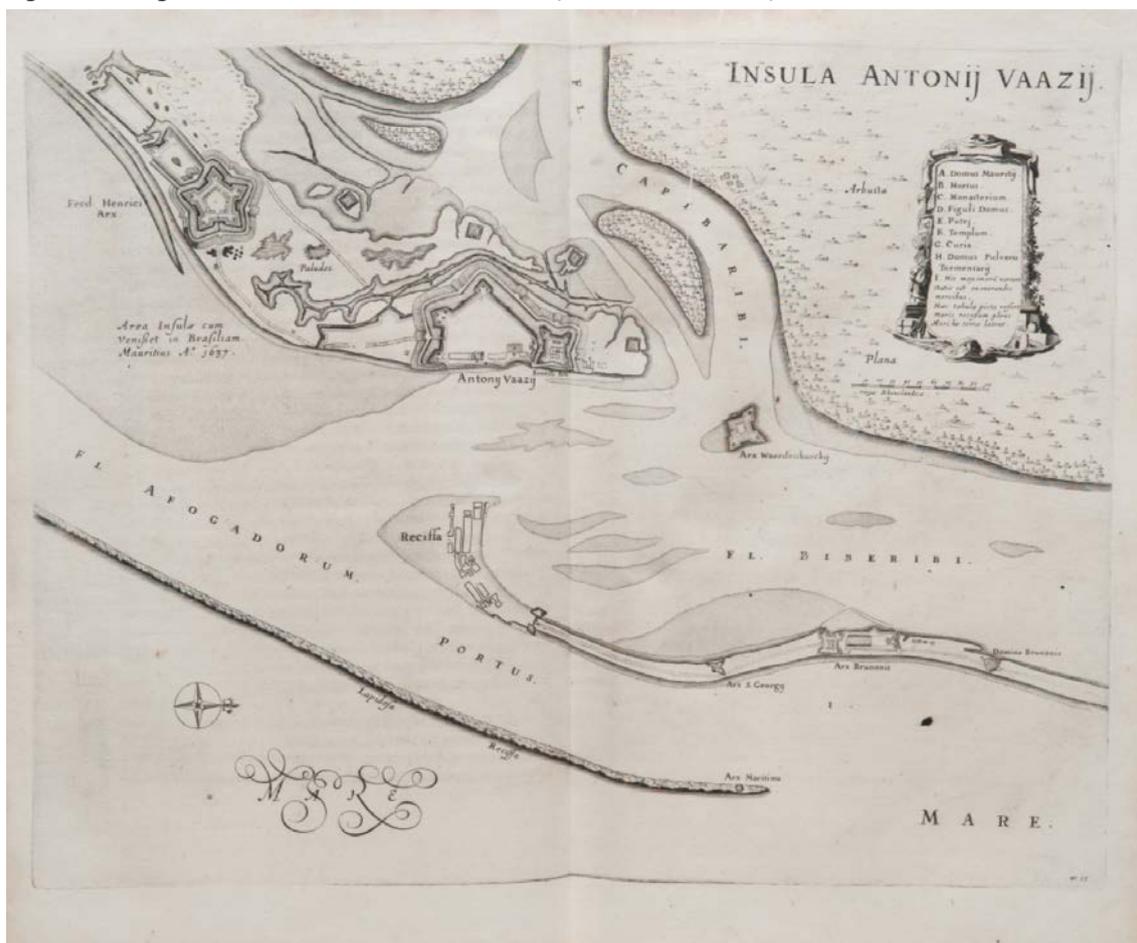
Tanto no texto, como no mapa e na gravura, observamos o protagonismo de dois elementos: as igrejas e a natureza. Essa a escolha discursiva na representação da cidade: um espaço arruinado, ocupado, parte de um império que surgia. Símbolo do que houve no passado: a estrutura colonial portuguesa, então ultrapassada, mas base sobre a qual o sistema econômico e cultural da Nova Holanda foi erguido.

Não parecia sacrilégio aos nossos essa demolição, como o foram os furores dos focos contra o templo de Delfos, mas uma mudança de religião [...] Os holandeses, ao contrário, convencidos de que todo o lugar é igualmente sarado e idôneo para se adorar a Deus, julgavam que não cometiam nenhuma impiedade, mas praticavam um ato de inteligência, desejando dar maior segurança à nova cidade e ao seu culto. [...] Sendo nós, porém, homens e capazes de comover-nos com o belo, não podiam deixar de lamentar a assolação da cidade aflita aqueles mesmos que a devastavam, pondo por terra o tampo das igrejas e dos edifícios públicos e privados, que, feridos pelos raios do sol vespertino, apresenta um sugestivo aspecto "E se a gente agora visse Olinda, juraria que contemplava, jazendo em seu local desolado, Pérgamo, as ruínas de Cartago ou de Persépolis (BARLÉU, 1980, p. 154).

## OUTRA TIRO, OUTRA SIDÔNIA

Desviar o vetor de urbanização para o Recife não foi uma tarefa fácil. Durante grande parte da existência da Nova Holanda, os da terra procuravam retornar a Olinda. As investidas se faziam a desejo dos habitantes entre 1631 e 1641, para incômodo da WIC, que via na reurbanização da vila um empecilho ao crescimento do Recife, dificuldades à fortificação e o impedimento do uso de pedras espoliadas em novas construções (Gonsalves de Mello, 1987). O golpe final veio por decreto de Nassau, que determinou a destruição de tudo que fosse erguido em Olinda.

Figura 4: Cartografia de Recife e Antônio Vaz em 1640, autor desconhecido, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

O Recife se expandiu rapidamente. De pequena aldeia de pescadores na ponta do istmo, se transformou em uma cidade com população estimada em 7000 pessoas que ocupava também a ilha de Antonio Vaz.<sup>18</sup> A cartografia apresentada no texto de Barléu mostra a cidade em 1637, ano da chegada de Nassau (Figura 4). O mapa detalha o meio natural, “planície sáfara, inculta, despida de arvoredo e arbustos, que, por estar desaproveitada, cobria-se demato” (Barléu, 1980, p. 149). Há a indicação dos três rios, Capibaribe, Beberibe e Afogados, e uma diferenciação gráfica que elucida a morfologia dos solos, distinguida entre areais, mangues e terra firme. Região anfíbia, onde a fundação encontra as águas e os rios são

protagonistas, associável a Amsterdam.<sup>19</sup> O recorte se volta à região que recebeu maior parte dos investimentos de Nassau.

Observamos nessa cartografia o início do sistema de fortificações, já construídos o Forte Frederico Henrique (ou das Cinco Pontas); o Forte Ernesto, ocupando o antigo Convento de São Francisco, o Forte Waerdenburch, no encontro entre os rios Beberibe e Capibaribe, e o Forte Madame Bruyne, a norte no istmo. Também foram apropriados e melhorados os fortes de São Jorge e do Brum, às proximidades do Recife. Tais instalações se associavam às muralhas e paliçadas e a uma crescente rede de canais protetivos.

Barléu (1980, p. 142-149) descreve cada uma das fortificações, tanto as recifenses quanto as posicionadas em outras partes da Nova Holanda. Essa etapa do livro relaciona a caracterização morfológica a possíveis estratégias militares. As estruturas ganham destaque na cartografia e no texto, mas não nas gravuras do Recife de Post. Isso porque elas não eram estruturas urbanas, e o foco na representação do Recife era a paisagem da cidade. A etapa descritiva das fortificações termina no ponto em que se inicia a descrição do núcleo urbano, reforçando essa distinção. Deixa-se de lado a hostilidade e os conflitos do mundo para adentrar o esplendor da vida urbana.

“Teve Roma arquitetos, teve agricultores que venceram o mundo, conservando uma das mãos nas lavouras e nas grandas e outra nos arraiais e nas trincheiras. Refiro-me aos Cúrios e Augustos, aos Fabrícios e Luculos, aos Pompeus e Marcelos”, dizia Barléu (1980, p. 149) como transição de pauta do militarismo para a urbanidade. Em outra ocasião, chega a afirmar: “não seria vã a esperança de que, neste mundo estrangeiro, possa surgir de tão brilhantes primórdios, outra Tiro, outra Sidônia.” (Barléu, 1980, p. 129).

A antiguidade desponta como referência, e a figura de Nassau é elogiosamente comparada aos imperadores romanos. Ainda que o lucro fosse o objetivo principal da Companhia, para o Conde a colônia ganhou outras significações. Era a oportunidade de inaugurar uma realidade em seus moldes, da qual seria criador e gestor.

## MAURICIÓPOLE

Maurício de Nassau deu nome ao complexo urbano que se formou a partir do Recife. Além do povoado, a Cidade Maurícia, no norte da Ilha de Antônio Vaz; e a Nova Maurícia, às proximidades do Forte das Cinco Pontas, engendravam um sistema urbano associado, visto pela administração batava como uma cidade: Maurícia.

O mapa de Marcgraf no livro de Barléu apresenta a cidade. Na extremidade do istmo, ao lado do nome *Reciffa*, o povoado segue o traçado lusitano inicial. Ele parece ter crescido sob as determinações que lhe deram gênese, ou seja, observamos a continuidade do traçado português visto na cartografia anterior. O adensamento e a verticalização edilícia não surgem em cartografia. Nela, observamos mais uma vez a disposição do sistema defensivo articulado, agora complementado por muralhas, paliçadas e fossos.

Figura 5: Cartografia de Recife e Antônio Vaz em 1644, Georg Marcgraf, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Em Antônio Vaz, os fossos dos fortes se tornam canais voltados, também, à circulação de mercadorias e aos transportes. Sistema observado em outras cidades coloniais batavas (Oers, 2000). Outra característica do modo batavo de fazer cidades é a inserção de espaços públicos com intenção de embelezamento. Três se destacam, tanto por dimensão quanto por condicionarem o desenho urbano: o Jardim do Palácio de Friburgo, o Terreiro dos Coqueiros e uma praça às proximidades do Forte das Cinco Pontas, dividida ao meio por um canal.

Na urbanização portuguesa, adros e pátios se estendiam em frente aos templos religiosos e condicionavam o traçado das ruas. Isso continuava perceptível no Povoado do Recife, em frente à Ermida do Corpo Santo. Mas a expressão territorial da religiosidade perdeu força com a dominação holandesa. Ela abria espaço para as dinâmicas comerciais e políticas, algo que se expressa com os três espaços livres projetados: o jardim voltado ao lazer público e à construção da monumentalidade, e as outras duas praças com mercados.<sup>20</sup>

O traçado urbano sobre a ilha chama atenção. Diferente do modo de ocupação orgânico predominante na colonização portuguesa, os batavos construíram uma cidade nova com quadras regulares. A região imediatamente abaixo do Forte Ernesto e em frente à ponte é o *Grootkwartier* da Cidade Maurícia. Espaço fortificado e construído durante a ocupação batava

que condicionou a formação dos quarteirões do atual bairro de Santo Antônio e teve as edificações catalogadas no inventário de prédios de 1654 (Mota Menezes, 1988; Biblioteca, 1940). Essa quadra, assim como as do povoado do Recife, os fortes e os palácios de Nassau, existiram tal como representadas.

Destino diferente conheceu a Nova Maurícia. Extensão da ocupação da Ilha de Antônio Vaz, voltada a habitações aos mais pobres, compreendia a região entre o Forte das Cinco Pontas e o *Grootkwartier*. A Nova Maurícia era mais suscetível a ataques e, com os avanços lusitanos após a saída de Nassau, começou a ser desmantelada pelos próprios holandeses. No momento da Capitulação do Recife, apenas uma casa restava (Gonsalves de Mello, 1987; Biblioteca, 1940). Não se tem certeza do quanto foi construído e se realmente o amplo traçado geométrico sugerido por Marcgraf realmente existiu. O que há no mapa, na realidade, é um projeto do que a Nova Maurícia poderia ter vindo a ser. Mesmo que não seja um testemunho fiel da realidade material seiscentista, é um indicativo do modo de se fazer e de se pensar a urbanização. Para avaliar essa realidade, outro meio pode ser conveniente: a gravura de Post intitulada de *Mauritiopolis* (Figura 6).

Figura 6: Gravura do Recife e da Cidade Maurícia, Frans Post, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Essa imagem é uma das mais complexas no livro de Barléu. Em primeiro plano, vemos a água e o arrecife, a formação geológica que dá nome à ocupação urbana. Ao fundo, a cidade surge. Não nos deixemos enganar pela aparente uniformidade que o traçado urbano apresenta. Post criou uma composição que reúne os elementos verticais às margens do porto, com as velas dos navios como elemento máximo, símbolo da atividade comercial e da movimentação mercantil. No povoado do Recife, as edificações altas se aglomeram, como que procurando espaço para existir. Entre elas, a Ermida do Corpo Santo e a Casa do Conselho. É surpreendente que em pouco mais de uma década de ocupação da WIC, as edificações cresceram tanto a ponto de quase esconder a monumentalidade da Ermida.<sup>21</sup>

À direita, na imagem, está a Nova Maurícia. Casas térreas, sem evidente rigor geométrico nem tipológico, parecem se distribuir ainda de maneira esparsa. A gravura nos indica que nem todo o projeto parece ter sido levado à cabo. Ela também nos sugere um contraste intenso entre o

fervor do Povoado e a ainda inicial ocupação do sul da Ilha de Antônio Vaz. A área do *Grootkwartier*, por outro lado, conta com edificações mais altas e maiores. Lotes que não parecem tão comedidos quanto os do povoado. Mas espacialidade que adquiriu um caráter urbano comparável.

Barléu (1980, p. 153) destaca o Conde como empreendedor de Maurícia e a cidade como uma possibilidade de dominação da paisagem natural.

Ligou o conde, por uma trincheira, a ilha de Antônio Vaz com o forte das Cinco Pontas ou de Frederico. Águas estagnadas e moitas de arbustos davam aspecto desagradável a todo êsse espaço. Ultrapassava, pois, a credibilidade humana que se pudesse fundar alí uma cidade. Agora, porém, acreditamos, pelo testemunho dos nossos próprios olhos, tê-la erigido a diligência de Nassau, dotado de engenho e audácia para tentar, com sua arte e trabalho, ainda mesmo o que proibira a natureza.

Ele retoma as comparações à antiguidade, reforçando a figura de Nassau

Repartida em ruas, praças e canais, como as cidades com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias, já tem habitantes. Foi-lhe dado o nome de Mauriciópole pela pública autoridade do Supremo Conselho, dos escultetos e dos escabinos. Também Alexandria, Constantinopla e Colônia tomaram sua denominação respectivamente de Alexandre, Constantino e de Agripina.

Ao fundo, as torres do Palácio de Friburgo surgem, assim como o fazem em todas as três gravuras do Recife de Post, indicando a presença de Nassau sobre o grande empreendimento que foi Maurícia. Mas o foco da imagem está logo abaixo das torres: a ponte. Um empreendimento arriscado, necessário e espetacular. Ao propor o direcionamento do vetor ocupacional para Antônio Vaz, Nassau se deparou com a dificuldade que era atravessar o Capibaribe. Seja andando na maré baixa, sobre cavalos ou por balsa, havia um entrave ao fluxo de transposição difícil. A ponte era a solução, mas exigia investimentos que a WIC não estava disposta a direcionar. Ela se tornou um projeto pessoal de Nassau, sob olhares duvidosos e comentários vexatórios, a construção foi demorada e exigiu investimentos pessoais do conde (Gonsalves de Mello, 1987). Ao fim, foi construída em dois sistemas estruturais diferentes: metade em pedra, metade em madeira, como podemos ver na gravura.

A Ponte do Recife não foi apenas uma peça infraestrutural na montagem da cidade. Ela foi símbolo do interesse do Conde e de seu governo, o que justifica o protagonismo na imagem e as páginas dedicada por Barléu (1980, p. 153-158) à descrição. No texto, o autor retoma também a Ponte da Boa Vista, representada junto ao palácio de mesmo nome (figura 9) e de construção mais simples. Após um percurso narrativo que, sob risco de divagação, mas indubitável relevância documental, atravessa a destruição de Olinda, o historiador relata a reação contrária dos dirigentes da WIC à Ponte do Recife e detalha os montantes de investimento e a cobrança de pedágios.

## EM LINDOS RENQUES, 700 COQUEIROS

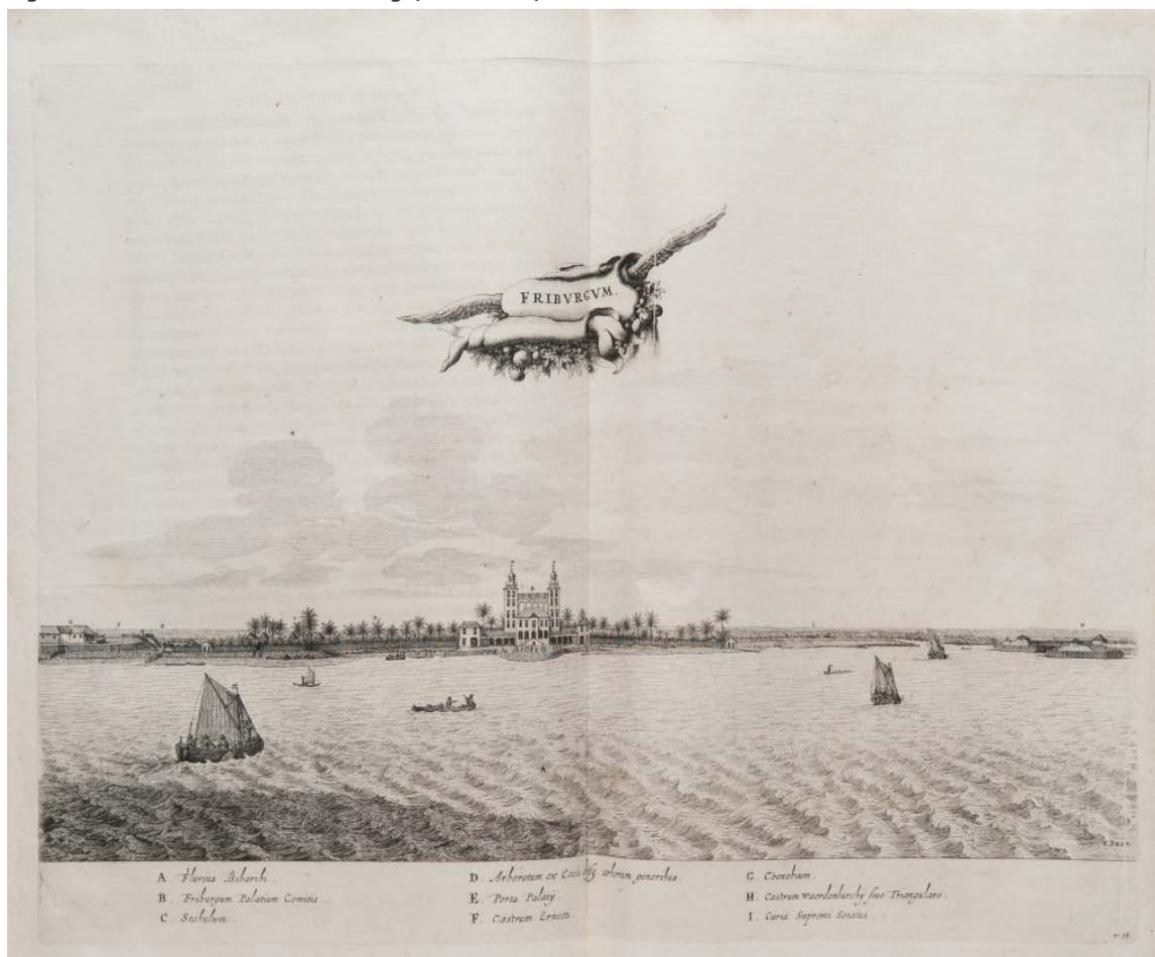
Barléu (1980, p. 150) descreve o Jardim do Palácio de Friburgo como um dos grandes feitos de Nassau (Figura 7). Uma paisagem inovadora em meio à América seiscentista que reforça a apreciação do espetáculo da natureza (Segawa, 1996).

Marcharam as obras prosperamente e, concluídas, causavam prazer e admiração a quem as contemplava.

Também o imperador Diocleciano dava-se a esta mesma recreação, partindo ele próprio os canteiros e dedicando-se à jardinagem e arboricultura.

O Conde, edificando, teve o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossêgo e obtendo a segurança do lugar, sem descuidar também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias.

Figura 7: Gravura do Palácio de Friburgo, Frans Post, 1647

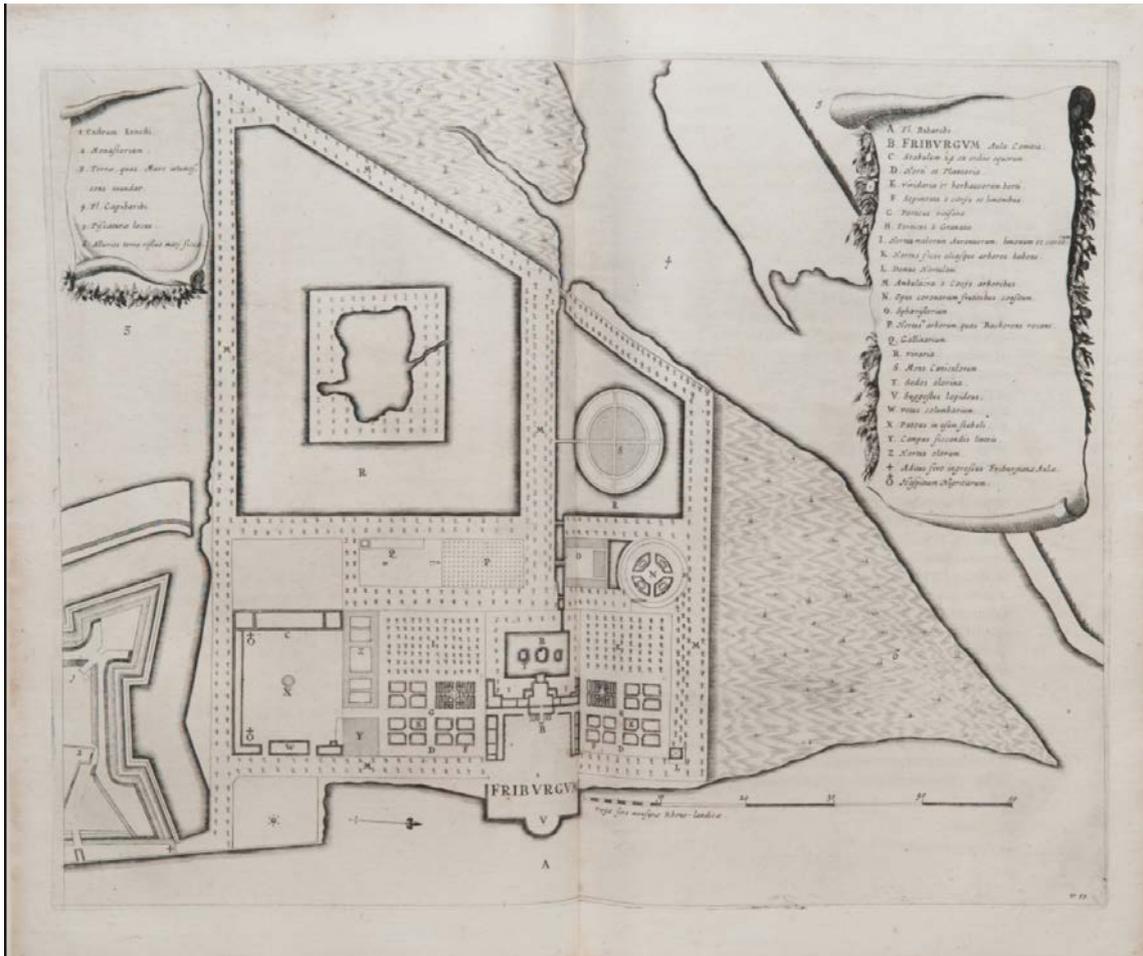


Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Barléu lista uma série de árvores frutíferas que eram parte do jardim, entre elas os 700 coqueiros, principais elementos vegetativos. A inserção dessa espécie levou a uma alteração na paisagem que substituiu a mata de cajueiros. Uma revolução ecológica que aconteceu a longo prazo e rearranjou a paisagem do litoral brasileiro (Cabral de Mello, 2000).

O Palácio também é apresentado por Barléu (1980, p. 152). Jardim e construção são tidos como parte de um mesmo empreendimento, perspectiva que reconhece tanto o palácio como parte da paisagem construída quanto a importância do entorno ao monumento. As descrições de ambas as partes se mesclam e o autor afirma: “ainda hoje pompeia, em seu esplendor, o palácio de Friburgo, protegendo a ilha de Antônio Vaz e deleitando os cidadãos, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério”.

Figura 8: Planta do Palácio de Friburgo, Georg Marcgraf, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Uma das gravuras de Post é dedicada ao jardim e ao palácio. Seguindo a visão de quem observa do istmo, o artista escolheu representar Friburgo distante da urbanidade da Cidade Maurícia. A paisagem se encerra no Forte Ernesto, à esquerda, e tem no centro as duas torres do palácio, que se destaca em meio à vegetação e aos coqueiros. Diferente da Mauriciópole, a gravura Friburgo nos indica um certo tom bucólico, tal como Barléu sugere ao descrever o jardim do palácio. Ela é acompanhada de uma planta (Figura 8), que detalha a presença da vegetação e a divisão interna dos cômodos do palácio. Reiterando a unidade entre arquitetura e paisagem já identificada no texto.

Figura 9: Gravura do Palácio da Boa Vista, Frans Post, 1647



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Post também produziu uma gravura para o Palácio da Boa Vista, que o conde edificou à sua própria custa em terreno que lhe pertencia (Figura 9). Espaço onde Nassau poderia meditar e refletir sobre estratégias militares, um remanso que permitia a vista das construções mas a distância ao exercício do poder. Barléu indica que também havia caráter militar nesse recinto, para além do recreio, permitindo, através das torres, olhar aos inimigos que se aproximavam por continente.

[...] o palácio da Boavista, assim chamado por causa da amenidade do seu sítio, pois em nenhuma outra parte encontrava Maurício prazer, quando descansava e sempre que convinha. Aí meditou êle planos de grandes tentames. (Barléu, 1980, p. 153).

A gravura apresenta mais construções que a do Palácio de Friburgo. Vemos a cidade ao fundo, incluindo o único desenho da fachada da Igreja dos Franceses, de partido centralizado. Mais uma vez, observamos a horizontalidade da Cidade Maurícia e de Nova Maurícia. Nessa gravura, o Recife não aparece, deixando de lado o fervor portuário em detrimento da paz cotidiana. As torres de Friburgo continuam a aparecer ao fundo, assim como os coqueiros do jardim. E a segunda ponte, essa toda em madeira, mais uma vez representa os investimentos urbanísticos de Nassau. O palácio da Boa Vista, por sua vez, parece contemplar a cidade, tal como fazia o conde.

## ARQUÉTIPOS DA ANTIGUIDADE

O livro de Barléu é permeado de referências à antiguidade. Ora para justificar ações controversas, ora para ressaltar atitudes valorosas. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre cada uma das histórias que ele retoma, mas duas delas nos ajudam a entender o significado de Olinda e do Recife à cultura colonizadora dos batavos.

Olinda, ao ser incendiada pelos holandeses em 1631, ecoa a destruição de Pérgamo, a lendária cidade grega destruída no período de domínio romano. Ambas, em seus contextos, são símbolos de um saber acumulado e uma forma de ordenamento do mundo que foram interrompidos. No caso de Olinda, a destruição não atingia apenas a materialidade da vila, mas também visava impactar a memória da ocupação lusitana. Tal como Pérgamo, que representava o auge do helenismo, a destruição simbolizava o apagamento de um poder superado. Mas assim como a cidade grega, a pernambucana era lembrada por sua beleza. A disposição das duas em espaços elevados, com mirantes e arquiteturas religiosas em ruínas, as relaciona em uma memória comum.

Já o Recife se ergueu sobre a promessa de controle do espaço e domínio das águas. Sidônia, cidade fenícia, prosperou à beira do mar, cidade portuária voltada às demandas do comércio marítimo e da defesa. Assim como a cidade fenícia, o Recife fez do mar parte do próprio tecido urbano, com canais, pontes e aterros que dialogavam com as águas. Ambas as cidades são expressões de uma lógica pragmática e visionária, onde a urbanização é uma forma de reorganizar a natureza em favor do exercício político e econômico.

Esses dois arquétipos indicam muito do que se observa nas representações literárias e iconográficas de Olinda e Recife no livro de Barléu. Enquanto as gravuras do Recife se voltam às obras construídas por Nassau, Olinda é representada em vista ampla, sem foco nos monumentos. Recife construída, Olinda conquistada. Duas posturas distintas de domínio territorial e que evidenciam características da colonização batava.

Nos parece imprescindível considerar o discurso presente na configuração da paisagem. A História se mescla à poética e à plástica e isso é evidenciado no livro de Barléu. Longe de ser uma representação imparcial da realidade, a valorizamos pelo caráter discursivo, pelos componentes literários, argumentativos e elogiosos que encontramos no texto. A construção do imaginário da urbanização colonial guarda um grande potencial investigativo, e isso atravessa a releitura das representações literárias e visuais.

## REFERÊNCIAS

BAERS, João. **Olinda conquistada**. São Paulo: Ibrasa, 1978.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados [...]**. Recife: FCCR, 1980.

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau**. Recife: Cepe, 2018.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. *In*: BERQUE, Augustin (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Pensamento-paisagem**. São Paulo: EdUSP, 2023.

BIBLIOTECA Pública de Pernambuco. **Inventário das armas e petrechos bélicos que os Holandêses deixaram, em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654**. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

BUENO, Beatriz. **Desenho e desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares, 1500-1822. São Paulo: EdUSO, 2011.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Olinda restaurada**: Guerra e Açúcar no Nordeste. São Paulo: EdUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. Os alecrins no canavia: a açucarocracia pernambucana ante-bellum (1570-1630). **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. LVII, Recife, 1984, pp. 145-168.

\_\_\_\_\_. Uma Nova Lusitânia. *In*: MOTA, Guilherme. **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, pp. 71-102.

\_\_\_\_\_. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. São Paulo: Alameda, 2008.

CALADO, Manuel. **O valeroso lucideno**. Recife: Cepe, 1987.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou o Gaio Saber Inquieto**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Recife & Olinda**. São Paulo: EdUSP, 1978.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595**. Recife: FUNDARPE, 1984.

\_\_\_\_\_. **Tempo dos flamengos**. Recife: Massagana, 1987.

GOMBRICH, Ernst. **Norma e forma**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GUERRA, Flávio. **Arrecife de Sam Miguel**. Recife: Arquivo Público de Pernambuco, 1954.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

LAGO, Pedro Correia do; LAGO, Bia Correia do. **Frans Post (1612-1680) obra completa**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

LEITE, José Roberto Teixeira. **Arte & Arquitetura no Brasil holandês (1624-1654)**. Recife: Cepe, 2014.

MARX, Murillo. Olhando por cima e de frente. **Revista USP**, v. 30, 1996.

MENESES, Ulpiano. Morfologia das cidades brasileiras. **Revista USP**, v. 30, 1996.

\_\_\_\_\_. Paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64.

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico e Cartográfico do Recife**. Recife: Massagana, 1988.

\_\_\_\_\_. Olinda: Evolução Urbana. *In*: CNCD. **Universo urbanístico português 1415-1833**, Lisboa: CNCD, 1998, p. 330-351.

\_\_\_\_\_. Olinda e o Recife 1537-1630. **Oceanos**, n. 41, 2000, pp. 136-150.

\_\_\_\_\_. **A recriação do paraíso**: judeus e cristãos-novos em Olinda e no Recife nos séculos XVI e XVII. Recife: Cepe, 2016.

\_\_\_\_\_. **Dois cidades: Olinda e Recife**. Recife: CEHM, 2017.

MONTEIRO, Carolina. **Colonial Representations of Brazil and Their Current Display in Western Museums**. 2019. Tese (Mestrado) – Department of Archaeology, Leiden University, Leiden, 2019.

OERS, Ron. van. **Dutch town planning overseas during VOC and WIC rule (1600-1800)**. Zuthpen: Walburg, 2000.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**, 10 v. Recife: ArpPE, 1951.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: EdUSP, 1968.

RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. **Geograficidade**, v. 11, 2021, pp. 151-160.

SABOIA, Luciana. Narrar por paisagens: habitar imaginários, reconhecer memórias, representar tessituras. *In*: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth; CERASOLI, Josianne. **Nebulosas do pensamento urbanístico III**: Modos de narrar. Salvador: UFBA, 2020. pp. 388-403.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2023.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. Questionamentos acerca do espaço urbano na colônia: Recife-Olinda. **Revista Clio**, v. 9, n. 1, 1987, pp. 74-84.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1974.

VIEIRA, Daniel. **Frans Post e a paisagem na Nova Holanda**. Recife: UFPE, 2019.

---

<sup>1</sup> *Açucarocracia* é um termo que indica uma determinada ótica historiográfica sobre a formação das elites brasileiras. Se refere ao poder dos senhores de engenho, cuja influência econômica, social, cultural e política se estendia pelas regiões produtoras, em especial nas Capitanias do Norte. Evaldo Cabral de Mello (1984, p. 145) aprofunda sobre a açucarocracia pernambucana e descreve o sistema como “estrato social que ocupou o primeiro plano da cena nas nossas regiões canavieiras”.

<sup>2</sup> Sob os critérios da administração portuguesa, Olinda foi uma vila e não cidade. No entanto, no livro de Barléu, o termo *civitas* é usado para descrevê-la, traduzido por José Cláudio Brandão como *cidade*.

<sup>3</sup> O livro tem título *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassal etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de calavaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. No original, *Rerum per octennium in Brasilia et álibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi Comiti I. Mauritii, Nassoviae, &c. comitês, nunc Vesaliae gubernatoris & equitatus foederatorum Belgii Ordd. Sub Avriaco ductoris, historia*.

<sup>4</sup> Cabe ressaltar a relevância da história de Pernambuco à cultura nacional. Além de ter sido um incomum caso de sucesso do sistema de Capitanias Hereditárias na primeira metade dos quinhentos, Pernambuco se moldou em uma trajetória repleta de intrigas. Observar a história pernambucana é se deparar com uma centralidade da ação lusitana no território brasileiro, onde as ações da metrópole repercutiam por vezes ganhando expressão, por vezes com reações animosas. Foi assim com a ascensão da economia açucareira na virada do XVI para o XVII, com a ocupação dos Batavos, com a Restauração Pernambucana, com a Guerra dos Mascates, com a Revolução de 1817 e com a Praieira, por exemplo. Eventos canônicos; curiosos e atraentes aos historiadores, contribuições ao entendimento da estrutura do Antigo Regime e da cultura brasileira.

<sup>5</sup> A iniciativa de estudá-las de modo associado foi empreendida anteriormente por grandes pesquisadores. Gilberto Freyre (1978) em *Olinda & Recife* nos apresenta uma narrativa poética de grande interesse historiográfico ao estimular o entendimento das cidades para além das relações de soberania. Pereira da Costa (1951), em textos dos *Anais Pernambucanos*, nos lembra que as figuras de uma cidade atuavam na outra, e vice-versa. Antônio Siqueira (1987) discute as tantas aproximações e distanciamentos que encontramos ao contratá-las. No entanto, apesar da relevância dessas pesquisas, é preciso reconhecer que a historiografia pernambucana é *Recife based* e isso ocasionou densidades historiográficas distintas: a história do Recife é muito mais discutida que de Olinda.

<sup>6</sup> Alguns textos seminais as esmiuçam individualmente, como o *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife* (1988) e *Olinda: Evolução Urbana* (1998). Mas ele também as estudou em conjunto, com especial atenção aos anos fundacionais: da promulgação do Foral de Olinda (1537) à Invasão Batava (1630). Isso surge em textos como *Olinda e o Recife 1536-1630* (2000); *A recriação do paraíso: judeus e cristãos-novos em Olinda e no Recife nos séculos XVI e XVII* (2016) e *Duas cidades: Olinda e Recife* (2017).

<sup>7</sup> Documentos como o *Inventário de Prédios do Recife* (1940) e as *Denúncias e Confissões de Pernambuco* (1984) são associados a narrativas como as crônicas *Olinda Conquistada*, de João Baers (1978); *O valeroso lucideno*, do Frei Manuel Calado (1987) e *Duas Viagens ao Brasil* de Hans Staden (1974). Entre as iconografias, destacamos as cartografias de Georg Marcgraf e as pinturas de Frans Post e Zacharias Wagener.

<sup>8</sup> Em latim, Caspar Barlaeus. Em holandês, Kaspar van Baarle. A escolha de como escrever o nome varia nas obras historiográficas e nas reedições da *História dos feitos*.

---

<sup>9</sup> O Instituto Ricardo Brennand (Recife) e o Instituto Itaú Cultural (São Paulo) expõem algumas das gravuras do livro de Barléu em exposição permanente.

<sup>10</sup> A autoria de algumas cartografias aproximadas é controversa, como as de Recife e Olinda. Alguns atribuem a Golijath, outros a Marcgraf, ou ainda a outros cartógrafos. Danilo Matoso Macedo (2017, p. 168-169) apresenta essa discussão.

<sup>11</sup> A versão original foi disponibilizada gratuitamente pela Biblioteca Digital do Ministério da Justiça em <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/7919>. Acesso em 20 de novembro de 2024. A primeira edição da tradução de Cláudio Brandão foi disponibilizada pelo Senado Federal em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1109>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

<sup>12</sup> Reproduzimos as citações diretas seguindo a tradução de Brandão, mas as cotejamos com a tradução de de Blanche T. van Berckel-Ebeling Koning, publicada pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) em 2018.

<sup>13</sup> A carta conta com uma legenda, intitulada *Notularum Explicatio*, que determina códigos para vilas ou cidades, povoações, fortalezas, aldeias indígenas, aldeias dos tapuias, igrejas, engenhos d'água com igreja, engenhos d'água sem igreja, engenhos de bois com igreja, engenhos de bois sem igreja, casas, lugares despovoados, currais, salinas, fontes, caminhos, campinas e "mato".

<sup>14</sup> "O de Itamaracá mostrava um cacho de uvas, porque nenhuma parte do Brasil os produzia tão belos e suculentos quanto a ilha de Itamaracá. O da Paraíba apresentava as formas piramidais dos pães de açúcar, ou por ser produtora de ótimo e estimadíssimo açúcar, ou porque, passando para nós essa província, foi aí o maior trabalho dos engenhos e o preço do açúcar. A província do Rio Grande tinha por armas um rio, em cujas margens pisava uma ema, por ser alí maior a bundância dessa ave" (Barléu, 1980, p. 104)

<sup>15</sup> Cartografia não atribuída a Marcgraf e com autoria desconhecida. Parece ser um redesenho do Mapa de Golijath de 1648 (Gonsalves de Mello, 1976). Esse mapa foi reapropriado e incrementado em diversas ocasiões, incluindo uma versão de Johannes Vingboons que apresenta um parcelamento conjectural. Mota Menezes (1998) informa que a distribuição de quadras e edificações era possivelmente um projeto de reconstrução da vila.

<sup>16</sup> A posição dessas edificações pode ser associada ao observar o mapa atual de Olinda, já que o arruamento e a pode de terrenos aos religiosos foram mantidos (Mota Menezes, 2000).

<sup>17</sup> Como informa Cláudio Brandão em nota a sua tradução do livro de Barléu (1980), houve um equívoco na descrição de Olinda. Não havia presença dominicana em Pernambuco.

<sup>18</sup> Explicações sobre o Recife antes da chegada da WIC podem ser encontradas em *Arrecife de Sam Miguel*, de Flávio Guerra (1954); *Para reler o Recife e suas origens*, de Dênis Bernardes (1987) e no *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife*, de José Luiz Mota Menezes (1988).

<sup>19</sup> "O Recife, cidade tipicamente anfíbia, como Amsterdã e Veneza, assenta sua fundação quase exclusivamente dentro da água, com seus bairros e subúrbios próximos flutuando num eterno namôro com os rios, de onde foi conquistado, pela própria natureza, parte do terreno componente do vasto delta, na desembocadura do Capibaribe, no ponto onde exatamente se junta com as águas do rio Beberibe, de modo a nêle plantar-se o solo da cidade, com uma formação lenta, porém segura, de ampla planície de terras baixas e pantanosas" (Guerra, 1957, p. 21). Contudo, nos parece exagero afirmar que a intenção de Nassau ou da WIC tenha sido replicar Amsterdam nos trópicos, como alguns autores o fazem, até porque canais e traçado geométrico não eram exclusividade da capital das Províncias Unidas.

<sup>20</sup> Além dos dois mercados citados, haviam outros, como o mercado de escravos na Rua dos Judeus, representado por Zacharias Wagener. Estes ficavam em meio ao traçado urbano do povoado e não foram indicados nem no texto de Barléu nem na cartografia. Gonsalves de Mello (1987) os apresenta em *Tempo dos Flamengos*.

<sup>21</sup> A tipologia arquitetônica foi alvo de debates intensos na historiografia da arquitetura: uns defendem que há um componente batavo que deu origem aos sobrados magros do Recife, sugestão de Gilberto Freyre em várias ocasiões. Outros se contrapõem a esse pensamento e veem nos sobrados altos uma técnica que não se restringe aos Países Baixos, como Gunter Weimer